

Caminhos percorridos

Marcello Averbug*

O momento atual torna oportuna uma reflexão sobre as estratégias usadas nos últimos cinco anos para subjugar o processo inflacionário. Independentemente dos debates sobre o desempenho do Plano Collor, chegou a hora de se discutir a própria postura metodológica dos programas de estabilização praticados desde 1986.

Descrentes das receitas tradicionais, as equipes de governo vêm optando por elevado intervencionismo para executar fórmulas heterodoxas de abater a inflação, fato esse perfeitamente compreensível. Contudo, os resultados obtidos não estão justificando as esperanças suscitadas, os sacrifícios impostos e as lágrimas de Maria da Conceição.

Após digerir os Planos Cruzado, Cruzado II, Bresser e Verão e

ainda degustando o Plano Collor, o país se encontra à beira de uma intoxicação provocada por excesso de cardápios sofisticados. Portanto, antes que se parta para outro "choque", cabe a pergunta: vale a pena insistir nesse caminho?

Reunir um grupo de economistas competentes e encomendar uma receita de impacto para enfrentar determinado problema é relativamente simples. Basta criar modelos onde algumas variáveis terão seus comportamentos ditados compulsoriamente durante um período. Assim foi com o congelamento de preços e salários, com os empréstimos compulsórios, com o bloqueio das contas bancárias e aplicações financeiras etc. O complicado mesmo é administrar a implementação desses choques, prever seus desdobramentos, transitar da situação "extraordinária" (congelamentos, bloqueios etc.) para a normalidade e voltar aos padrões comuns de funcionamento da econo-

mia sem o ressurgimento dos males combatidos.

Por outro lado, o uso repetido desse gênero de terapia acaba tornando-o inócuo, pois o vírus inflacionário cria imunidade, e a população começa a apresentar sintomas de intolerância ao medicamento.

Embora classificados como heterodoxos, tais programas na verdade possuem conteúdo intrinsecamente conservador, no sentido de não enfrentarem, por si só, nenhuma das questões estruturais da sociedade brasileira.

Mais reformista do que os choques retumbantes seria o uso firme e coordenado dos instrumentos clássicos de política econômica em prol de políticas de maior profundidade, transformadoras do comportamento permanente dos entes sociais. Isto é, transformadores da estrutura sócio-econômica, que há décadas vem evoluindo sem, contudo, alterar suas relações básicas.

Nosso país padece de desequilíbrios estruturais criadores de um cenário propício à inflação. Cabe atacar esses desequilíbrios, além de praticar políticas monetária, fiscal, cambial, etc requeridas pelo cenário nacional. No caso do governo Collor, o programa de desestatização e os destinados a aumentar a produtividade e competitividade da indústria nacional possuem uma conotação de reforma estrutural. Mas isso não basta.

Existe outro aspecto dos tratamentos de choque aplicados no Brasil que merece ser mencionado: partem da premissa de que todas as variáveis nacionais e internacionais se comportarão conforme o previsto. Isto é, seu sucesso está vinculado a um irreal cenário de tranquilidade. Depois incorre-se no equívoco de atribuir os reveses a "fatos inesperados", como alta do petróleo, quebra da safra agrícola, rebeldia dos empresários, etc.

Ora, a consistência de qualquer política econômica é determinada também pela inclusão de ágeis mecanismos de ajuste ante fatos desfavoráveis e atitudes conspiradoras. Por contraditório que pareça, o chamado caminho heterodoxo tende a ser rígido e a encarar como fracasso correções de rumo normalmente aceitáveis.

Enfim, o fundamental agora é eliminar os sobressaltos provenientes da expectativa de pacotes e choques e restabelecer a confiança na estabilidade das regras que regem o destino da poupança do povo. Isto significa mobilizar a ação governamental em prol de políticas de longo prazo, que contemplam reformas estruturais, assim como daquelas de curto prazo indispensáveis ao enfrentamento dos problemas que asfixiam a retomada do desenvolvimento.

* Economista e professor da Faculdade de Economia da UFF